

Acordo não foi fechado

Dívida ext.

"O Brasil ainda não fechou nenhum acordo com os bancos credores. Tudo vai depender do resultado das negociações que serão retomadas a partir de março", afirmou ontem o ex-presidente do Banco Central (BC), Affonso Celso Pastore. Segundo ele, a renegociação da dívida externa brasileira encontra-se num estágio inicial de conversações com os banqueiros, assinalando que a situação está "um tantop nebulosa" no momento.

Pastore disse que o único ponto concreto que o ministro da Fazenda, Dilson Fumaro, e o presidente do BC, Fernão Bracher, conseguiram arrancar, até agora, dos credores foi a prorrogação das linhas de crédito interbancário e comerciais (projetos 3 e 4), no valor de US\$ 15 bilhões, até março de 1987.

O ex-presidente do BC contestou, segundo informações da Agência Globo, o argumento apresentado pelo governo, de que o acordo obtido foi vitorioso,

pois o País não teve de se submeter à política recessiva do Fundo Monetário Internacional (FMI). Isto porque a extensão dos prazos para os créditos de curto prazo não implica necessariamente um aval por parte do Fundo.

"O Brasil já renovou anteriormente as suas linhas de crédito interbancário e comerciais por 90 e 120 dias sem que tivesse de fazer acordo com o FMI — assinalou Pastore." "O que o governo conseguiu agora foi um prazo mais dilatado".

FASE DIFÍCIL

Na opinião de Pastore, a fase mais difícil da renegociação com os bancos credores começa agora em março, quando serão definidos os termos da renegociação do Projeto 2, que é basicamente a rolagem do principal da dívida e a fixação do "spread" (taxa de risco) a ser pago.

Fernão Bracher pediu o reescalonamento dos débi-

tos vencidos no período de 1985 a 1987. Mas os bancos propuseram a rolagem do principal da dívida vencida apenas em 1985, de US\$ 8 bilhões, com cinco anos de carência, e o depósito temporário de US\$ 12,8 bilhões de amortizações relativas a este ano. Há cerca de um ano, Pastore praticamente fechou acordo com os credores ao renegociar o principal da dívida externa por dezesseis anos, relativos ao período de 1985 a 1989.

"Pelo que eu sei os bancos ainda não fecharam nenhum acordo sobre a Fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira" — disse Pastore. O que houve foi a recomendação do comitê de assessoramento dos bancos credores para que seja discutida com o governo brasileiro a rolagem do principal da dívida, bem como o estabelecimento do "spread" a ser pago. Esta fase de negociação com a comunidade financeira internacional será bem mais difícil para o governo.